



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

Ata da *septuagésima segunda Sessão Ordinária* do ano de dois mil e dezessete, realizada em quatorze de dezembro, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, onde se fizeram presentes sob a *Presidência* do senhor vereador **Alexandre Almeida Dias**, os senhores vereadores: **José Raimundo de Jesus Souza (Vice-Presidente)**, **Edson de Jesus Reis Santos, (Primeiro Secretário)**, **José Alessandro Santana Farias (Segundo Secretário)**, **Dameres Vieira Cavalcanti**, **Gilson Santos do Rosário**, **Jaci Silvino de Sousa**, **João Ramalho Barreto Conceição**, **Pedro de Jesus Santos e Rivan Francisco dos Santos**. A seguir, precedeu-se a dispensa da leitura da *Ata da Sessão anterior*. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposição: **Emenda Aditiva 009/2017** - “DESTINA-SE R\$100.000,00 (Cem mil reais), para O INCENTIVO AO DIA DA CULTURA EVANGÉLICA EM CUMPRIMENTO A LEI MUNICIPAL 469/2008”. A seguir, deu-se início ao *Grande Expediente*, onde o senhor vereador **José Alessandro Santana Farias** falou sobre o DMTT e pediu ao Prefeito Municipal para que coloque os agentes de trânsito, para trabalhar a noite, haja vista que é neste período que mais podem ocorrer delitos e atitudes suspeitas, e não tem ninguém monitorando as câmeras. Ele pediu também que o Prefeito possa implantar a Guarda Municipal no município, para que as imagens que estão sendo feitas pelas câmeras de segurança possam ser de fato utilizadas, e que o investimento feito pelo município não tenha sido em vão. **José Alessandro** comentou também qual o trabalho que tem sido feito em relação ao trânsito nas proximidades do Estabelecimento de Jailton lanches, onde as pessoas não têm por onde passar, nas calçadas e também pela rua, em decorrência dos carros que estão estacionados naquele local, e as mesas nas calçadas. Ele destacou que este assunto já foi mencionado várias vezes nesta *Casa*, e alguns colegas dizem que é matéria vencida. Por meio de aparte, o senhor **Presidente** comentou que, recentemente viu no noticiário, uma matéria que está tramitando na Câmara de Sorocaba, onde os vereadores estavam proibindo a utilização das Câmaras, para a aplicação de multas de trânsito, no entanto vale ressaltar que as situações citadas pelo colega **José Alessandro** são diferentes. Ele destacou que seria interessante proibir que essa situação ocorra em Poço Verde também, através das câmeras de monitoramento. Continuando, o senhor vereador **José Alessandro**, pediu mãos uma vez, que fosse colocado adicional noturno para os agentes, ou que sejam modificadas de lugar as câmeras, pois a noite as imagens ficam presas sem nenhuma serventia, já que ninguém está observando-as. Ele espera que, esta mudança seja realizada antes das festividades de janeiro, pois nesta época acontecem muitos roubos. Ele falou também sobre os fogos que foram estourados na última terça-feira, de forma irresponsável, e que assustaram muitas pessoas que estavam em suas residências, inclusive idosos, pessoas com doenças e crianças. Ele alertou as pessoas, que se preparassem, pois quando houver votações importantes haverá queima de fogos. Na ocasião, o edil comentou que, esse ano foi um ano muito diferente, com muitas emoções e algumas decepções, ele deixou os sinceros votos de Feliz Natal, para todo os poçoverdenses e pede a Deus que ele possa iluminar a todos os vereadores, para que possam tomar boas decisões pelo povo, sempre deixando suas necessidades de lado, e fazendo o melhor pelos poçoverdenses. Ele destacou que está dando o seu melhor nesta *Casa*, e na última terça pensou em desistir do seu mandato, mas refletiu muito, e percebeu que entrou para a política com o desejo de fazer mudança no pensamento das pessoas que veem a política como uma cadeia aberta, haja vista que muitos acreditam que os políticos são bandidos. Mas ele afirmou que, continuará trabalhando pela sociedade, tentando fazer o seu melhor. Ele aludiu ainda a uma faixa que um cidadão colocou na residência dele, com uma frase de impacto, demonstrando a indignação do munícipe, e



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000

www.camarapocoverde.se.gov.br

cmpverde.se@bol.com.br

CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454

refletiu que isso se dá em decorrência dos acordos políticos, que são feitos a cada momento, enquanto as pessoas continuarão sofrendo com a política corrupta e nojenta. **José Alessandro** expôs o seu repúdio aos "macacos políticos", e ainda a sua indignação por saber que o município está há um ano sem a casa de apoio. Ele destacou que, as pessoas precisam acordar cedo, para fazer sua alimentação para não passar fome o dia inteiro na capital sergipana. Ele indagou que política é esta, que enche a Câmara de pessoas, para tentar pressionar os vereadores, e destacou que segundo informações o próprio Prefeito se reuniu com os servidores, tentando fazê-los acreditar, que se a emenda limitando a 10% de remanejamento fosse aprovada, a prefeitura não teria condições de pagar o salário dos servidores, não haveria educação e tampouco saúde. Ele comentou que, não deve a cabeça a ninguém, e não tem líder político, pediu desculpas as pessoas que ele magoou ou decepcionou, e disse que no próximo ano trabalhará mais que este ano. E concluiu desejando um ano novo de muita paz e sabedoria. Em seguida, o **Presidente** publicou convite do IBGE, para os vereadores participarem da segunda reunião da Comissão Municipal de Geografia e Estatística - CMGE, a realizar-se no dia 20 de dezembro no auditório da Câmara de Poço Verde a partir das 14 horas, para falar sobre o acompanhamento da coleta de dados do município, onde será feita a avaliação da cobertura da operação, necessidades e auxílio para reverter casos de recusas ou outras ocorrências. Depois, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos**, falou sobre as proposições apresentadas por ele durante todo o ano, e destacou que apresentou 14 emendas, 15 indicações, 7 requerimentos e 5 moções, buscando a melhoria e organização do município. Além disso, ele comentou que, também realizou assistencialismo, através do apoio a muitas pessoas de forma mais simplória, em decorrência das dificuldades, mas sempre tem encaminhado os munícipes para outros municípios, principalmente para a capital sergipana, totalizando 110 pessoas atendidas, dentre elas muitas parturientes, cirurgias, consultas entre outras. Ele comentou que, está fazendo a sua prestação de contas do seu trabalho como vereador, e destacou que todas as ajudas que o vereador proporciona para a população são custeadas com o subsídio do *vereador*. Ele afirmou ainda que gosta muito de política, e convive e faz política diariamente em todos os espaços, no entanto ele tem a tranquilidade de não tomar posicionamento precocemente, sobre aquilo que foi construído por um longo tempo não se joga da noite para o dia. Ele destacou que, quando há uma articulação não quer dizer que está prejudicando o outro, mas está interagindo com para conseguir alcançar alguns objetivos, e citou o exemplo da sua candidatura a presidência da *Casa* na legislatura passada e na atual gestão, com o mandato de Alexandre. Ele disse ainda, que a bancada de oposição teve a ousadia de colocar uma chapa para Mesa Diretora, e de forma alguma houve influências externas, para articular essa chapa. Ele esclareceu também um assunto que foi muito falado pelas pessoas, em relação ao seu posicionamento favorável aos 80 % de remanejamento, e destacou que o que parece é que por ele ser de um agrupamento diferente não se pode manter um pensamento coerente, e explicou que desde o primeiro mandato, sempre votou favoravelmente aos 80% de remanejamento. Ele destacou que alguém que não tem responsabilidade, saiu espalhando que ele tinha pulado, e que tinha recebido algo em troca disso. Ele contou que, não mudou de posicionamento em relação ao grupo que faz parte, e continuará no mesmo grupo, apesar de muitas pessoas especularem o contrário. O edil reconhece e respeita o Prefeito **Iggor Oliveira** como legítimo representante do povo, mas gostaria que o seu candidato estivesse no lugar dele. No entanto, ele destacou que espera que o atual Prefeito realize um bom governo, pois se assim for, beneficiará a todos os munícipes. Ele disse ainda, que o argumento utilizado pelo governo para a aprovação do percentual de



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

remanejamento em 80% era o de que sem ele, os serviços de saúde, educação e outros parariam, mas ele explicou que não é isso que ocorreria, no entanto não compreende porque as pessoas atribuíram-lhe uma ruptura com o seu grupo político, apenas em decorrência de uma atitude, que ele sempre tomou, independentemente de quem estivesse no governo. Ele falou também que, é bem verdade que já foi do grupo de Everaldo, e por perceber que não teria como articular-se no grupo, resolveu aproveitar a oportunidade em outro grupamento, onde se tornou vitorioso, e reconheceu que apesar dessas mudanças afetarem opinião das pessoas, o edil destacou que sempre foi favorável aos 80% de remanejamento, mas reconhece que restringir a 10 ou 15% não vai prejudicar os serviços essenciais. Ele comentou que, a política é muito dinâmica e reconheceu que já esteve ao lado do grupo de *José Everaldo*, e por perceber que na época não podia trabalhar política e decidiu aproveitar a oportunidade de mudar de agrupamento, e se colocou ao grupo de Antônio Dória, e foi vitorioso. Ele disse ainda que, quando há uma ruptura, há uma descrença, pois algumas pessoas ficam magoadas, e destacou que já passou pela derrota e pela vitória. Ele destacou que está tranquilo com a decisão que tomou na última sessão, pois votou conscientemente, não tem preocupação quanto a isso, mas de fato ficou constrangido por estar votando contrário a uma emenda de um amigo de longa data, e enfatizou que estava entre a cruz e a espada. Ele destacou que não vê mal algum na sua atitude, e salientou que o Prefeito Iggor teve sua disposição os 80% de remanejamento este ano, proporcionado pelos vereadores da legislatura passada. Ele contou que votar em Projetos de Lei são ações corriqueiras e inerentes a função de vereador, e ressaltou que muitos projetos do governo foram aprovados por unanimidade nessa legislatura, de forma natural. Ele comentou que, se sentiu muito lisonjeado, ao ver o seu nome nas emendas que foram apresentadas pelo *Presidente*, em nome da bancada de oposição. O edil disse ainda que, discorda totalmente da atitude do governo Municipal, por não ter resolvido a questão da casa de apoio em Aracaju, e não mudou seus questionamentos, apesar de ter diminuído a sua fala. Ele afirmou que muitas vezes calou-se para deixar que os colegas falassem e mostrassem seu potencial, pois estão buscando as melhorias para o município. E, por não haver outros oradores inscritos para o *Grande Expediente*, deu-se início à *Ordem do Dia*. Na *Ordem do Dia* foi submetido em discussão o **Projeto de Lei 935/2017**- “Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Poço Verde, para o período de 2018 a 2021”. E por não haver quem quisesse discutir, o **Projeto de Lei 935/2017** ora descrito foi submetido em votação, obtendo como resultado: **APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE EM SEGUNDA VOTAÇÃO**. Continuando, a *Ordem do Dia*, foram colocados em discussão os Pareceres da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização e Comissão de Justiça Legislação e Redação, do **Projeto de Lei 946/2017**- “Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza e dá outras providências” e do **Projeto de Lei 947/2017**- “Altera o artigo da Lei Ordinária Municipal nº 350/2002, que dispõe sobre as Taxas Municipais e dá outras providências”. Durante as discussões, o senhor vereador *Gilson Santos do Rosário* falou sobre o ofício encaminhado pelo Tribunal de Contas, solicitando o enquadramento do município a Lei Federal. Por conseguinte, o Presidente leu o ofício do Gabinete do Prefeito, informando que se encontra em tramitação nesta *Casa Legislativa*, os **Projetos de Lei 946 e 947/2017**, que Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza e dá outras providências; e altera o artigo da Lei Ordinária Municipal nº 350/2002, que dispõe sobre as Taxas Municipais e dá outras providências respectivamente, para esta municipalidade, e demonstrando as orientações do TCE/SE. Na oportunidade, ele informou que, os projetos ora referidos passam por duas *comissões*, que têm o prazo de até 45 dias para serem analisados por elas, no entanto,



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

se as comissões estiverem aptas a dar os pareceres, os projetos poderão ser votados nesta sessão. Por conseguinte, o senhor vereador **Gilson Santos do Rosário** afirmou ser favorável aos *Projetos*, como Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização, e solicitou que os mesmos fossem submetidos em plenário, para que os colegas decidissem sobre o assunto. O senhor vereador **José Raimundo de Jesus Souza** como membro também se declarou favorável ao parecer, enquanto o relator da comissão, senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** respectivamente não deu o parecer em relação à matéria. Por outro lado, o Ex-Presidente da Comissão de Justiça Legislação e Redação, senhor **Pedro de Jesus Santos** comentou que, não teve a oportunidade de ler as matérias, respeita a decisão dos membros da CFOP, que entendem que o *projeto* deverá ir para a plenária, mas ele se absterá. Nas discussões, o senhor vereador **João Ramalho Barreto Conceição** comentou que, apesar de não ter sido possível ser lido o projeto na íntegra, o técnico responsável pela sua elaboração esteve à disposição da *Câmara de Vereadores* durante uma tarde, e na reunião em que estavam presentes quase todos os vereadores, e na oportunidade ele explicou logo no primeiro momentos, que o projeto tem o objetivo de assegurar que os tributos sejam cobrados no próximo ano, haja vista que, leis dessa natureza só podem vigorar no ano seguinte, se for aprovada no ano anterior. E destacou que segundo o técnico, a lei trata da cobrança de tributos de provedores de internet, entre outros e explicou que, todos os municípios brasileiros que fazem compras pela internet estão deixando de arrecadar, haja vista que, os impostos provenientes dessas transações são direcionados a cidade de Barueri/SP, por isso ele defende que os *Projeto de Lei 946 e 947/2017* seja aprovado, para que o município de Poço Verde passe a arrecadar parte desses recursos no próximo ano, e não vê nenhum prejuízo para o município, pois o ICMS que atualmente não é cobrado por falta de legislação poderá ser cobrado, caso a lei seja aprovada ainda este ano. Depois, o senhor vereador **Gilson do Rosário** comentou que os vereadores estão preocupados em fazer o município arrecadar, mas sem explorar o contribuinte. Ele pediu a colaboração dos colegas, para que aprovassem matéria, para que o município possa ter mais recursos para trabalhar pela população. Em seguida, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** comentou que fez algumas perguntas ao técnico que elaborou o *projeto de lei*, mas gostaria de ter mais tempo par analisar a matéria, que é muito extensa, e reconhece a necessidade do município de arrecadar mais recursos, mas compreende que, se o projeto é de tal importância para o município, que ele tivesse sido encaminhado com mais antecedência a esta *Casa*, haja vista que há vinte dias que o projeto estava pronto na Prefeitura, mas só foi encaminhado há pouco tempo para a *Câmara*. **Gilson** explicou ainda, que por vontade do Prefeito este Projeto deveria ter sido encaminhado no início do ano, mas ficou aguardando decisão do Tribunal de Contas, que encaminhou ofício recentemente, para a Prefeitura com esta determinação. Ele disse ainda, que não concorda com todos os itens da lei, mas os que estão mais em evidência são os que tratam das torres de telefonia e internet e as taxas de cartões de crédito. A seguir, foi submetido em votação o *Projeto de Lei 946 e 947/2017* já descritos acima, obtendo como o resultado: **05 CINCO VOTOS FAVORÁVEIS, DOS SENHORES VEREADORES DAMARES VIEIRA CAVALCANTI, GILSON SANTOS DO ROSÁRIO, JACI SILVINO DE SOUSA, JOÃO RAMALHO BARRETO CONCEIÇÃO e RIVAN FRANCISCO DOS SANTOS, 03 (TRÊS) ABSTENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES JOSÉ RAIMUNDO DE JESUS SOUZA, PEDRO DE JESUS SANTOS e EDSON DE JESUS REIS SANTOS e 01 (UM) PEDIDO DE VISTAS DO SENHOR VEREADOR JOSÉ ALESSANDRO SANTANA FARIAS, DURANTE A PRIMEIRA VOTAÇÃO.** E, por não haver outras



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE
Avenida Epifânio Dória, 18 - Centro – CEP 49.490.000
www.camarapocoverde.se.gov.br
cmpverde.se@bol.com.br
CNPJ 32.741.571/0001-73
Fone: (79) 3549-1454

matérias para serem discutidas ou votadas na *Ordem do Dia*, ou edis para se manifestar nas *Considerações Finais*, o senhor **Presidente** declarou por encerrada a *Sessão*, ficando todos convocados para naquela noite de quatorze de dezembro dois mil e dezessete, às vinte horas para realizarem a próxima *Sessão Extraordinária*, e para constar eu, vereador **Edson de Jesus Reis Santos**, lavrei a presente Ata e abaixo subscrevo.

Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, em quatorze de dezembro de 2017.

Alexandre Almeida Dias/PSDC
Presidente

José Raimundo de Jesus Souza/ PSB
Vice- Presidente

Edson de Jesus Reis Santos/PSB
Primeiro Secretário

José Alessandro Santana Farias/ PC do B
Segundo Secretário

Dameres Vieira Cavalcanti/PMN
Vereadora

Gilson Santos do Rosário/ PMN
Vereador

Jaci Silvino de Sousa/ PSC
Vereador

João Ramalho Barreto Conceição/ DEM
Vereador

Pedro de Jesus Santos/ PDT
Vereador

Rivan Francisco Dos Santos/ PROS
Vereador